

1

1  
2  
3

**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE/CONSEMA**

4Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e três realizou-se a Quinquagésima Quinta Reunião  
5Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº  
655, nesta Capital, com o início às quatorze horas e vinte e quatro minutos, com a presença dos  
7seguintes Conselheiros: **Sr. Cláudio Dilda**, Presidente do CONSEMA; **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**  
8**Cunha**, Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Florivaldo Pereira Damasceno**  
9Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Marcos Palombine**, Representante do  
10Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante do  
11Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Antônio L. Ruas Neto**, Representante do Secretário  
12da Saúde; **Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra. Sandra**  
13**Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marta Marchiori Dias**,  
14Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sra. Edi Xavier**  
15**Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da  
16FETAG; **Sr. Alexandre Bugin**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr.**  
17**Mauro André Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sra. Kathia Maria**  
18**Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. José Lauro**  
19**de Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da  
20ALGA; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Sérgio Luiz de**  
21**Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sra. Elisabete Maria**  
22**Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Sr. Luiz Antônio Borges**  
23**Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr.**  
24**Círio Augusto de Azevedo da Silva**, Representante do IBAMA e **Sr. Valtemir Goldmeier**,  
25Representante Suplente da FAMURS. Participaram também a Sra. Silvia Cappelli, do Ministério  
26Público; Felipe Slomp Gizolu, SEMA/Caxias do Sul; Kátia Helena Lipp Nissinen, Comissão de  
27Municipalização FEPAM/SEMA; Sérgio Cardoso, Presidente do Comitê Gravataí; Mário Buede  
28Teixeira, Presidente da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município;  
29Karla Pippen, da SEMA; Paulo Régis Rosa da Silva, Assessor Jurídico/FEPAM; Flávio Wiegand, da  
30FEPAM; Plínio Hentz, Secretário do Meio Ambiente/Carlos Barbosa; Roberto dos Santos Claro,  
31FEPAM; Eduardo Santana, da FEPAM; Júnior Maurício Mocelin, PM/Carlos Barbosa; Maria Helena  
32Piccinini, Professora; Diana Brum Künzel, PM/Carlos Barbosa; Vilson Cachelena, STR/Carlos  
33Barbosa; Clebes Pinheiro, da FEPAM. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Dilda e  
34secretariados pelo Sr. Paulo Régis, da FEPAM. **Sr. Presidente:** A nossa Ordem do Dia é a seguinte: 1  
35– **Aprovação da Ata da 58ª Reunião Ordinária do CONSEMA**; 2 – **Habilitação de Municípios**; 3  
36– **Lançamento do Relatório de Qualidade do Ar – 2001/2002 – Ar do Sul – (CD)**; 4 – **Calendário**  
37**de Reuniões para o Ano de 2004**; 5 – **Câmara Técnica de Gestão das Águas**; 6 – **Câmara Técnica**  
38**do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA**; 7 – **Assuntos gerais**. Bem-vindos à 59ª Reunião  
39Ordinária do CONSEM. Se o Conselho estiver de acordo, vamos fazer uma inversão de pauta, e  
40iniciarmos a nossa reunião de hoje pelo Item 3 de nossa pauta. Considerando não termos ainda o  
41quorum regimental para abordagens, discussões e decisões sobre matérias que exigem, passaríamos,  
42então, inicialmente para as comunicações. Em seguida, é também um ponto de pauta, para a  
43apresentação a este Conselho do Relatório da Qualidade de Ar, dentro do Programa Ar do Sul, da  
44Secretaria do Meio Ambiente. Vamos as Comunicações: este Conselho recebeu ofício da Sociedade  
45de Engenharia manifestando interesse em participar das Câmaras Técnicas de Recursos  
46Administrativos e do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Ofício da FEPAM solicitando a inclusão da  
47Fundação como membro na Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e de Política Florestal.  
48Ofício da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, informando que o Secretário será  
49representado pelo Secretário substituto, Dr. Marcos Palombine. Ofício do Fórum Estadual do Lixo e  
50Cidadania do Rio Grande do Sul solicitando estudo de instrumentos que permitam dar efetividade aos  
51preceitos legais que obrigam os municípios a priorizar a coleta seletiva. Ofício indicando Sérgio  
52Cardoso para ocupar vaga dos Comitês de Bacias Hidrográficas do CONSEMA, em substituição de  
53Alexandre Bugin. Ofício da Secretaria de Meio Ambiente comunicando a imperiosidade de colocar  
54em funcionamento a Câmara Técnica do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Esse será inclusive um

55assunto que nós abordaremos no Item 4. Passamos, agora, então, para o Item 3 da pauta, solicitando  
56ao Roberto dos Santos Claro que coordene a equipe para a apresentação do Relatório da Qualidade do  
57Ar 2001/2002. **3. Lançamento do Relatório da Qualidade do Ar 2001/2002 – Ar do Sul – (CD).**  
58**Sr. Roberto dos Santos Claro:** Boa-tarde a todos. Como o Dilda disse, vamos apresentar  
59rapidamente o Relatório 2001/2002 da Qualidade do Ar da FEPAM. Eu me permitiria apresentar  
60algumas pessoas que compuseram a equipe que elaborou esse relatório. Apresento a Química, doutora  
61em Geoquímica, Elba Calesso Teixeira, que trabalha no programa de pesquisas da FEPAM; o  
62Meteorologista Flávio Vigel, mestre em Geociências; a Daniela Migiavacca, mestrado em Engenharia,  
63e o nosso Eduardo Santana, que vai fazer a apresentação, que é doutor em Engenharia. Essa equipe  
64elaborou esse documento que vai ser passado aos senhores. Eu creio que servirá de subsídio para  
65traçarmos políticas dentro da nossa Instituição quanto ao controle da qualidade das emissões em nosso  
66Estado. Esse documento vai ser repetido ano que vem, evidente, com o relatório deste ano, e creio que  
67é um instrumento valioso para a gestão ambiental. Sem mais delongas, por favor, o Eduardo Santana  
68vai fazer uma apresentação breve desse relatório. **Sr. Eduardo Santana:** Muito boa-tarde. Eu  
69preparei uma apresentação bem sucinta, na verdade, de dez minutos, porque dentro da programação  
70sabíamos que tínhamos dez minutos. Então, na verdade, vou dar só uma amostra do que é a nossa rede  
71e do que fizemos no relatório, porque quando vocês forem olhar no computador possam dominar  
72de forma possível. Junto com o Estevão, Flávio, Iara, Marcelo, Roberto, o nosso chefe do DELAB,  
73Ana Bussati e Daniela Migiavacca, nós compomos o Projeto Ar do Sul. Nessa apresentação vou  
74abordar os seguintes tópicos: a rede manual e automática, as estações da iniciativa privada, as  
75pesquisas relacionadas à poluição e o lançamento do CD, propriamente dito. A nossa rede, nós  
76contamos hoje com uma rede manual, que contém doze estações, onde são monitorados os SO<sub>2</sub>, o  
77dióxido de enxofre, partículas totais de suspensão e partículas inaláveis. A nossa rede automática  
78entrou em operação em dezembro de 2001, graças ao Pró-Guaíba. Ela é capaz de medir os parâmetros  
79de dióxido de enxofre, também partículas inaláveis, ozônio, monóxido de carbono e ióxido de  
80nitrogênio. Então, isso é feito de forma contínua. Trata-se de sete estações fixas, uma estação móvel,  
81cinco estações meteorológicas de superfície, como a de direção e velocidade do vento, temperatura do  
82ar, pressão atmosférica, umidade relativa, radiação solar, total e ultravioleta, uma sonda acústica que  
83também DOTER, SODAR, que também mede parâmetros meteorológicos. A partir de maio de 2002  
84passamos a divulgar os resultados para a comunidade via internet, por meio de um boletim diário.  
85Uma amostra desse boletim é disponibilizado na nossa página da seguinte forma: é indicado a data, o  
86horário de fechamento do boletim, o local onde está a estação de medição, a qualidade do ar que é  
87dividida em boa, regular, inadequada, má, péssima e crítica. Isso vai todos os dias para a internet.  
88Então, a população tem como saber como anda o nosso ar. Na iniciativa privada hoje nós também  
89contamos com outros aparelhos que em breve vamos tentar também incorporar ao nosso boletim,  
90também disponibilizar na internet. Hoje a COPESUL tem uma estação móvel, mede partículas  
91inaláveis, SO<sub>2</sub>, NO<sub>X</sub>, aqueles mesmos parâmetros que eu citei antes, mais hidrocarbonetos totais,  
92metano e não-metano. A Tractebel por sua vez também conta também com duas estações, pedida da  
93coleta do ar perto da TERMOCHAR, Termoeétrica de Charqueadas, e a de Jacuí futuramente. São  
94capazes de medir NO<sub>X</sub> e SO<sub>2</sub> e partículas totais de suspensão. Em Candiota também tem três estações  
95automáticas, onde se mede SO<sub>2</sub> e NO<sub>X</sub>, e uma manual onde se mede partículas totais. A  
96PETROBRÁS adquiriu duas unidades, há duas unidades em Esteio e Canoas, a de canoas está  
97temporariamente fora de serviço. É capaz de medir partículas nos mesmos parâmetros, partículas de  
98óxido de enxofre, de nitrogênio, monóxido de carbono, ozônio e hidrocarbonetos. Também mede  
99alguns parâmetros meteorológicos, como pressão atmosférica, temperatura do ar, velocidade e ação  
100dos ventos, irradiação solar e umidade. Essas unidades estão a cargo da REFAP hoje. As pesquisas  
101que são feitas na Casa relacionadas à poluição atmosférica: a Dra. Elba tem trabalhado por anos já  
102com a contaminação aquática e atmosférica na região hidrográfica do Guaíba e regiões sob a  
103influência de atividades relacionadas ao processamento do carvão. Esses dados, alguns desses  
104resultados vão ser disponibilizados, já estão nesse CD que vocês têm. Os parâmetros que foram  
105abordados são hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, aerossóis e elementos associados. A Dra. Vera

106Vargas também estuda atividade mutagênica de material particulado atmosférico nas bacias  
107hidrográficas do Guaíba e Caí. Também alguns resultados estão no CD. O lançamento do CD,  
108propriamente dito: O CD exige uma configuração básica, um mínimo, por exemplo, ele não deve  
109rodar bem em um 486, isso para a população saber. Ele roda a partir de um Pentium 133, com  
110memória ram de 164 mega *bites* e uma configuração de vídeo de 600 por 800 *bits*. Então, vou passar  
111ao modo de navegação propriamente dito. Então, logo o CD é inserido no drive, ele é auto-executável  
112e é interativo. Então, facilita bastante para nós. Normalmente, quando a gente coloca o CD ali, deve  
113aparecer automaticamente isso, é que esse nosso drive não colaborou, mas tudo bem. Então, há uma  
114pequena apresentação, uma janela onde temos nesse CD apresentado um relatório da qualidade do ar,  
115onde tem um balanço de todos os poluentes da nossa rede, e tem os projetos de pesquisa que eu citei  
116anteriormente. Para navegar em qualquer um desses documentos bastante clicar em qualquer um  
117deles, e aqui temos o sumário do trabalho, podemos bem acessar os anexos, ao glossário, as  
118referências, a equipe que participou, ficha catalográfica, etc. Então, é bastante simples para navegar  
119de um item ao outro. Eu só vou, na verdade, mostrar como é a navegação nele, depois passo  
120rapidamente algumas conclusões gerais sobre a qualidade do ar. Então, aqui vocês poderão acessar os  
121poluentes, características típicas, as definições, o monitoramento do ar, como eu citei anteriormente,  
122de uma forma um pouco mais detalhada, o histórico da nossa rede, rede manual, a rede automática, o  
123que é o índice de qualidade do ar, os parâmetros medidos, quais são os critérios para validar esses  
124dados, a nossa estação móvel, conclusões e referências. Da mesma forma nós podemos, então,  
125navegar do relatório para os projetos de pesquisa. Aqui nós temos também a mesma, disponibilizado  
126os sumários, as referências, os créditos e a ficha catalográficas. Aqui estão os itens, cada um pode ser  
127abordado individualmente. O trabalho é desenvolvido pela Dra. Elba e outros pesquisadores.  
128Basicamente é isso, é bem simples de navegar, não há muito mistério. Esse CD também tem uma parte  
129disponível para o usuário uma versão para impressão, que é uma versão mais prática, com um formato  
130do Word, praticamente. E se aproveita mais, evita-se o desperdício de papéis, é melhor para o usuário.  
131Vou mostrar um pouquinho uma foto para vocês do que é a nossa rede. Aqui eu tenho um exemplo da  
132rede que se encontra junto à Rodoviária, ela é bem protegida. Aqui é a parte meteorológica; aqui é  
133também um zoom, um módulo de medição de monóxido de carbono. E aqui é a disposição, como os  
134*recks* de medição são apresentados. Como eu falei para vocês antes, a qualidade do ar oscila, como eu  
135mostrei naquela amostra de boletim, ela oscila de boa, regular, inadequada, má, crítica e péssima; são  
136cinco classificações. Felizmente temos observado que a maior parte das ocorrências são de boa  
137qualidade, contudo, em regiões onde há uma circulação de veículos mais intenso, onde tem também  
138atividades industriais, observamos períodos de qualidade regular e até inadequado. O que influi  
139também muito são as nossas características meteorológicas. Eu não vou entrar em detalhe um por um,  
140porque é mais interessante vocês descobrirem o CD. O que eu posso adiantar, por exemplo, esses  
141poluentes medidos, o dióxido de enxofre no Rio Grande do Sul está com um controle bem razoável  
142porque a FEPAM, o IBAMA, nós temos insistido muito no sentido de melhorar a qualidade dos  
143combustíveis, trabalhando com petróleo também, com um menor teor de enxofre. Felizmente isso tem  
144propiciado a redução da emissão desse gás. As partículas e o ozônio nós observamos uma variação  
145também muito em função das condições meteorológicas, em função da circulação de ventos, da  
146estagnação, das inversões térmicas. E o ozônio é um poluente secundário, cuja a formulação é  
147favorecido pelos períodos de insolação. Então, observamos ele mais freqüentemente no verão. O NO<sub>2</sub>  
148é um poluente que observamos com maior concentração nos meses de maio, junho, nos outros meses  
149tem apresentado qualidade boa até. Basicamente é isso, não vou entrar em mais delongas, porque me  
150preparei para dez minutos. **Sr. Presidente:** Foram mais os pontos que têm apresentado situações  
151críticas. **Sr. Eduardo Santana:** Observamos agora, particularmente, que está mais quente, que tem  
152mais sol, observa-se na região do polo concentrações maiores de ozônio. Aqui junto à Rodoviária,  
153eventualmente, observamos partículas em concentrações maiores, porque temos uma circulação maior  
154de ônibus, e como são a diesel contribuem, esse é um poluente, o diesel contribui mais do que a  
155gasolina. Junto à IZEF também temos observado alguns picos de ozônio, e os bombeiros também, e às  
156vezes particulares também. O SO<sub>2</sub>, felizmente, nos últimos cinco anos tem sido bem estável. **Sr.**

157**Roberto dos Santos Claro:** Nós estamos com um estudo na FEPAM em relação a episódios que  
158houve neste ano que passou, principalmente em locais bem caracterizados, como a Estação  
159Bombeiros, ali na Silva Só e também na Rodoviária. Houve picos de poluição bem característicos,  
160intervalos não excederam a uma semana. O que estamos pensando agora, e temos uma resolução do  
161CONAMA que nós temos que respeitar, mas a nossa preocupação é que a partir deste ano passamos a  
162fazer um trabalho mais integrado, também com a Secretaria de Saúde, visto que existem intervalos  
163onde existem extrapolações de valores de poluição. Então, a nossa idéia é fazer uma norma interna na  
164FEPAM, que possa ser aprovada pela sociedade, de forma que com a interação com a Secretaria da  
165Saúde, tanto municipal, como estadual, a gente possa fazer alertas à população, principalmente  
166aqueles que são portadores de moléstias relativas ao trato respiratório. Que passe a evitar aquelas  
167regiões quando ocorrerem esses eventos. Este ano, não me lembro bem a data, o Flávio eu acho que  
168recorda, teve principalmente no horário do rush houve episódios bastantes desfavoráveis. Eu acho que  
169a população deve saber disso, principalmente aqueles que são portadores das moléstias. Da mesma  
170forma, estamos convidando à Dra. Elba a desenvolver um projeto de pesquisa junto às estações, que  
171são como bioindicadores, utilizando plantas. A idéia é não lançar um dado frio, estatístico, número em  
172relação ao que está acontecendo com esses poluentes, simplesmente divulgar dados como estamos  
173divulgando agora, apesar de ter conclusões, mas também associar esses dados com indicadores, com  
174seres vivos. Nesse caso, estamos pensando em plantas. Então, de quinze em quinze minutos vamos  
175saber de um dado, por exemplo, de dióxido de enxofre, que está baixo, mas SO<sub>2</sub> ozônio, e esses dados  
176poderíamos associar com o dado que é produzido em determinada ponta, que nesse caso a Dra. Elba  
177está estudando, parece que é tabaco ou azevém. Aí nós teríamos o período e também o dano associada  
178aquela planta naquele momento. Então, é um projeto de pesquisa onde se busca deixar de lado tanto a  
179questão do número frio da resolução do CONAMA, mas associar à vida, ao que isso está realmente  
180causando a nossa flora. Mais tarde, é claro, vamos tentar aprofundar mais. **Sr. Eduardo Santana:**  
181Uma coisa que é importante, eu esqueci de comentar, vocês sabem onde se localizam essas situações?  
182Em Porto Alegre temos na Rodoviária, temos na IZF, e temos também junto ao bombeiros, na Silva  
183Só. Temos ainda uma estação em Sapucaia, uma em Canoas e uma junto ao Polo, Caxias também. E  
184temos a estação móvel que está indo este final de semana para Santa Maria. Ela em Rio Grande e  
185também ali na FIERGS. **Sr. Antônio Ruas Neto:** Sou representante da Secretaria da Saúde e do  
186Centro de Vigilância em Saúde, onde se organiza exatamente um núcleo de trabalho de vigilância da  
187qualidade do ar e saúde. Eu acho extremamente oportuna a intervenção do colega quando levantou  
188essa questão da necessidade que observamos de integrarmos a vigilância, sobre o problema de saúde  
189possivelmente associado à qualidade do ar, ou a poluentes, enfim, agentes produtores de doença que  
190estão no ar, e episódios epidemiológicos que se possa monitorar. Correntemente, vem-se fazendo,  
191embora acredito que ainda de uma forma muito incipiente. Por exemplo, alguns episódios de pico de  
192penicilinoses, que são doenças pulmonares associadas a partículas sólidas, associadas a locais,  
193distração ou polimento de pedras. Aí, então, a questão dessas partículas estarem sendo respiradas  
194pelas pessoas, isso vem sendo investigado, inclusive em conjunto com o setor de saúde do  
195trabalhador. Acredito que devemos avançar muito e esse trabalho de vocês me parece muito  
196importante para que possamos trabalhar juntos e chegando até o ponto de prevenir esses episódios de  
197doenças coletivas, na medida que se possa avançar nesse sentido. Aproveitando, até perguntaria para  
198vocês se poderiam trazer alguma coisa, se poderia nos colocar alguma coisa de possíveis doenças  
199coletivas, ou alguma coisa até com base na experiência de São Paulo, que eu sei, já vem há muito  
200tempo, desde o tempo de Cubatão, monitorando o que causa exatamente esses aspectos da poluição do  
201ar em função da saúde das pessoas. Obrigado. **Sr. Eduardo Santana:** Foi boa a tua observação. Nesse  
202tipo de trabalho temos observado, realmente, em São Paulo, o Centro de Vigilância Ambiental de lá, é  
203um trabalho muito interessante e estamos caminhando nesse sentido, ainda estamos engatinhando,  
204mas estamos para fazer um acordo com a FUNASA para fazer esse tipo de correlação entre saúde e  
205meio ambiente. Inclusive no ano que vem deve haver um congresso aqui em Porto Alegre retomando  
206justamente esses tópicos. **Sra. Silvia Cappelli:** Parabéns pelo trabalho que a FEPAM está  
207desenvolvendo nessa área. Eu só queria registrar que eu também, ao longo da vida vamos caminhando

208também para ser ING, indivíduo não-governamental. Eu sou secretária também de um instituto de  
209Direito Ambiental, que é o Instituto Direito por um Planeta Verde. Não é uma ONG, é um instituto de  
210capacitação em direito ambiental. A INEX, que é uma organização que trabalha com informação  
211ambiental, junto com a UFI, que é uma organização dos países desenvolvidos, são alguns países  
212desenvolvidos. É uma organização governamental, realizou pela primeira vez um debate mundial  
213sobre indicadores de implementação da norma ambiental. Esse evento aconteceu nos dias 03 e 04 de  
214novembro, em Paris, e o Banco Mundial, o Instituto de Meio Ambiente do Banco Mundial conseguiu  
215fazer introduzir um projeto piloto para três países da América Latina. Foram eleitos o Brasil, o México  
216e a Argentina para desenvolverem indicadores de implementação da norma ambiental. Então, não são  
217indicadores de sustentabilidade, são indicadores de implementação da norma ambiental, o que para  
218nós, do Direito, é um passo muito significativo e muito difícil. E o Instituto do qual eu sou secretária, o  
219Instituto Direito por um Planeta Verde, foi escolhido para desenvolver esse projeto no Brasil. Nós  
220realizamos agora em Brasília, na semana passada, nos dias 08 e 09, o primeiro seminário desses três  
221países do projeto piloto. Os senhores podem imaginar que foi uma confusão, convidamos pessoas de  
222várias instituições, IBGE, Ministério do Meio Ambiente, CETESP, Ministério das Cidades,  
223Ministério Público, magistratura, para tentar discutir meios para criar esses indicadores de  
224cumprimento. Decidimos, então, desse primeiro seminário fazermos três projetos pilotos; para ar  
225escolhemos Porto Alegre para fazer o projeto piloto; para Florestas o Acre, e para qualidade da água,  
226São Paulo. Então, eu queria registrar primeiro, parabenizar o trabalho da FEPAM, e pedir também o  
227apoio dos senhores para possamos realizar esse trabalho de tentar criar indicadores de implementação  
228da norma ambiental, usando Porto Alegre como projeto piloto. Trabalhar com o Estado, com a  
229Secretaria de Estado, com a FEPAM e com a Secretaria de Meio Ambiente de Porto Alegre, e de  
230Saúde de Porto Alegre. Obrigada. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu me surpreendo, gratamente,  
231com o que acabo de assistir aqui, porque dia 09 a ABEMA esteve reunida em Brasília, e lá um dos  
232itens de pauta, puxado justamente pela própria ABEMA, em interação com o Ministério de Meio  
233Ambiente, é o Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, de cuja concepção os  
234senhores, membros da equipe, com certeza participaram em um primeiro momento. Eu há pouco  
235sugeri ao Dilda que fosse mandado cópia desse CD a todas as unidades filiadas à ABEMA, a todas as  
236instituições, como também à própria Secretaria que cuida disso no Ministério, porque dos dados que  
237eu lá recebi vejo agora que estavam desatualizados, à luz das informações que acabaram de  
238apresentar. Estou repassando ao Presidente da Fundação a íntegra da exposição que foi feita lá, que é  
239do interesse dos senhores. E, naturalmente, que nas próximas edições em que o assunto for trazido a  
240debate novamente, é importante a presença da equipe. Fica aqui a exortação ao Presidente Dilda e as  
241felicitações ao grupo pelo trabalho que vem realizando. O Sistema Nacional prevê, inclusive, um  
242acordo de cooperação financeira, ou de financiamento externo, não ficou bem claro, em que a idéia  
243do Ministério é adquirir estações e repassá-las aos Estados, como sessão de uso, ou outra forma. Um  
244dos gargalos identificados é a manutenção, muito cara. Parece que São Paulo paga trinta mil reais/ano  
245por estação, de manutenção. Então, a idéia é colocar no acordo com o fornecedor a garantia da  
246manutenção e o treinamento de pessoal em cada unidade da Federação. Então, exorto o Presidente da  
247FEPAM que acompanhe isso nas próximas edições e viabilize a participação da interface da Fundação  
248nessa área. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Esse trabalho realmente é muito importante,  
249e principalmente porque por meio desses dados se tem a possibilidade de fazer um mapeamento, um  
250zoneamento da região onde se pode colocar indústrias, que tipo de indústria. Então, queria ver com a  
251FEPAM, ou com a SEMA, se já existe uma idéia, um projeto, de transformar esses dados, são só dois  
252anos que se tem, mas transformar esses dados em um zoneamento para que se possa definir região tal.  
253Já estamos com quase que a qualidade do ar saturada, não se coloca mais indústrias que gerem esse  
254tipo de emissão. Então, assim como para saúde esses dados são importantes, eu acho que para o  
255planejamento ambiental do Estado também são fundamentais. Queria saber, então, se estão pensando  
256em fazer esse zoneamento. **Sr. Roberto dos Santos Claro:** Isso é um antigo sonho. Basicamente nós  
257somos os geradores dos dados, a Dra. Elba, a Dra. Vera, nós do laboratório, mas nós temos um  
258departamento de qualidade que trabalha nisso, isso está bastante adiantado em qualidade das águas,

259mas do ar ainda é um desafio que nós estamos tentando fazer em conjunto, mas estamos avançando,  
260acho que vamos chegar. Mesmo porque, um detalhe importante, como o Dr. Cunha referiu, as  
261estações que nós operamos são extremamente complexas e extremamente caras. Então, nós  
262padecemos também de conhecimento técnico, não para operar, operar a gente aprende, é fácil, mas a  
263manutenção que é o gargalo da questão. Então, nós temos algumas lacunas quanto a equipamentos em  
264manutenção que estamos superando aos poucos com a iniciativa do Presidente em encontrar soluções  
265para isso, mas creio que a partir do ano que vem, junto com o Departamento de qualidade vamos  
266poder começara esboçar esse zoneamento tão importante que precisamos. **Sr. Eduardo Santana:** Só  
267fazer um comentário: a Dra. Silvia me corrija, mas parece que no Brasil ainda estamos com um  
268problema que as empresas ainda são limitadas, há determinados limites de emissão, mas o conjunto de  
269empresas que se encontram em uma área, em uma determina bacia aérea, ainda ano está bem  
270regulamentado isso. Então, às vezes, sei lá, vinte empresas em uma área x estão dentro dos padrões,  
271mas o conjunto delas é nocivo. Então, ainda temos que rever, acho que a questão está avançando, está  
272lento, mas vamos chegar lá. **Sra. Marta Marchiori Dias:** Complementando esse assunto das  
273indústrias, que é bem da minha Secretaria da SEDAI, já existe alguma coisa. A SEDAI é proprietária  
274dos distritos industriais e na região metropolitana só pode se tiver baixa poluição atmosférica. Os de  
275médio vão ser estudados, os de alto são proibidos. Então, todas as indústrias que nos procuram nós  
276mandamos primeiro para a FEPAM. Se estiver alta nem tenta, se estiver médio vai ser estudado.  
277Então, alguma coisa já existe, só que não há ainda normas. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheira.  
278Continua a palavra à disposição. Agradeço ao Roberto, à equipe, a colaboração dos debatedores sobre  
279esse assunto. Sem sombra de dúvida, acredito que situações vivenciadas em outros sítios servem de  
280referência para a gente prevenir antes de chegar à exaustão da capacidade desse porte. Foi muito boa a  
281sua intervenção, Marta. Muito obrigado, Roberto e equipe, então, e damos por encerrada a abordagem  
282desse tema, passando agora sim que temos o *quorum* necessário para a abordagem da pauta proposta  
283na convocação da reunião. **1. Aprovação da Ata 58ª Reunião Ordinária do CONSEMA.** Passamos  
284para a Aprovação da Ata da 58ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Como foi enviada com a devida  
285antecedência para os Srs. Conselheiros, consultamos quais os Conselheiros que têm adequações,  
286correções a serem feitas na Ata da 58ª Reunião ordinária? A palavra está com os Srs. Conselheiros.  
287**Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Nessa reunião, nós e o nosso Suplente estivemos impedidos de  
288participar e mandamos um fax justificando a nossa ausência. Acho que não chegou a constar na Ata a  
289nossa justificativa. Eu pediria que constasse. **Sr. Presidente:** Pois não, então, Secretária Executiva,  
290conste em Ata a justificativa enviada pela Universidade Pública. Aliás, eu acredito, Prof. Sérgio, que  
291se deu em virtude de termos feito aquela sessão festiva em que foram homenageados os precursores e  
292talvez tenha havido aí, então, registra-se. **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello:** Só o nome do meu  
293colega que está escrito errado. É só o nome aqui que tem que ser corrigido, é “c” e não junto. **Sr.**  
294**Presidente:** Correção de nome. Mais alguma correção? Submetemos, então, aos Srs. Conselheiros a  
295aprovação. Os contrários que se manifestem. Abstenções? **Aprovada**, por unanimidade, com as  
296correções propostas e devidamente registradas. Como segundo item da nossa pauta temos: **2 -**  
297**Habilitação de Municípios.** Hoje está sendo proposta a habilitação dos municípios de Putinga,  
298Carlos Barbosa e Nova Bréscia. Passo a palavra ao Presidente da Câmara Técnica, Prof. Mário Buede  
299Teixeira, para que faça, então, a apreciação. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Boa-tarde a todos. Nós  
300estamos trazendo à aprovação, homologação, deste Plenário três processos de pedido de habilitação  
301que nos foram encaminhados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Comissão de  
302Municipalização. São os municípios de Carlos Barbosa, Nova Bréscia e Putinga. Esses três processos  
303foram analisados pela nossa Câmara Técnica, e todos os três foram julgados como atendendo aos  
304requisitos da Resolução 04/00, razão pela qual estamos encaminhando com parecer à habilitação por  
305este Plenário do CONSEMA. Caso haja algum esclarecimento que os Conselheiros desejem, estamos  
306à disposição. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde, Conselheiros e Conselheiras. São três municípios,  
307gostaria de pedir só a leitura dos três, dos Conselhos aprovados, principalmente o de Nova Bréscia,  
308que parece que houve uma mudança na lei municipal, da constituição do Conselho Municipal. Então,  
309gostaria de saber como ficou o Conselho, quais as Entidades, que mudança foi essa na legislação? **Sr.**

310**Mário Buede Teixeira:** Não houve mudança. **Sr. Geraldo André Susin:** Tenho o relato que sim. **Sr.**  
311**Mário Buede Teixeira:** *Relatamos a essa Câmara Técnica o envio pelo Município de Nova Bréscia*  
312*das seguintes complementações ao processo, o ofício de 08-10, seguido da cópia da lei municipal que*  
313*traz adequações à composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Cópia da Ata*  
314*1401/2003, da reunião do CONDEMA, de 03-09-03, que aprovou o Plano Municipal do Meio*  
315*Ambiente, que complementações aos itens: vegetação e projeto ambientais, do referido plano. Ofício*  
316*de 09-12, seguido de novas complementações e adequações aos itens vegetação e referências*  
317*bibliográficas do Plano Municipal de Meio Ambiente. Isso aqui foi relatado pela Bióloga Kátia*  
318*Helena Lipp Nissinen. Eu não entendi qual a dúvida do Conselheiro. Sr. Presidente:* Se houve  
319*adequação do Conselho que foi o item que inclusive justificou a retirada de pauta da última reunião*  
320*do CONSEMA. Sr. Mário Buede Teixeira:* Gostaria que nós fizéssemos a leitura da composição?  
321**Sr. Geraldo André Susin:** Da composição. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Tenho aqui a Lei Municipal  
322n.º 1.400/2003, de 07-10-03. *Altera o art. 2º, da Lei Municipal n.º 1.381/2003, de 08-07-03, e dá*  
323*outras providências. Gildo Jongo, Prefeito Municipal de Nova Bréscia, Estado do Rio Grande do Sul,*  
324*faz-se saber que o Poder Legislativo Municipal de Nova Bréscia aprovou e sanciona a seguinte lei:*  
325*Art. 1º – fica alterado o art. 2º, da Lei Municipal n.º 1.381/2003, de 08-07-03, que constitui os*  
326*representantes e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente –*  
327*CONDEMA, o qual passará avigorar com a seguinte redação: art. 2º, o CONDEMA será constituído*  
328*por representantes do Município e das seguintes Entidades, primeiro, representantes do Município:*  
329*a) Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio; b) Secretaria Municipal de Obras e*  
330*Viação; c) Secretaria Municipal da Saúde e Bem-estar Social; d) Integrantes do setor de meio*  
331*ambiente; e) Escola Estadual de Ensino Médio Nova Bréscia. Segundo, representantes das*  
332*Entidades: a) Um do Escritório Municipal da EMATER; b) Um da Associação dos Produtores de*  
333*Leite de Nova Bréscia; c) Um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Bréscia; d) Um da*  
334*associação dos Servidores Públicos Municipais de Nova Bréscia; e) Um da Associação de Criadores*  
335*de Suínos de Nova Bréscia; f) Um da associação Comercial e Industrial de Nova Bréscia. Parágrafo*  
336*primeiro: Os Suplentes dos representantes do Município serão seus substitutos dos respectivos*  
337*cargos. Parágrafo segundo: As Entidades com representação no CONDEMA indicarão seus*  
338*representantes, os respectivos Suplentes, que serão nomeados pelo prefeito, por meio de portaria.*  
339*Art. 3º: Revogam-se as disposições em contrário. Essa lei entrará em vigor na data de sua*  
340*publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bréscia, aos sete dias do mês de outubro de*  
341*dois mil e três. Assinado Gildo Jongo – Prefeito Municipal. Sr. Geraldo André Susin:* Pelo que era  
342antes foi mudado, mas a escola estava como não-governamental, ela passou para ser governamental. É  
343bom, ótimo isso. E só permanece a EMATER, que ela não tem caráter de movimento social. E Carlos  
344Barbosa, qual a composição? Não precisa ler a lei, só para ver a composição, por favor. **Sra. Edi**  
345**Xavier Fonseca:** Presidente Dilda, só vou complementar antes dele responder, pode ser? **Sr.**  
346**Presidente:** Pois não, Conselheira Edi. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** É que a EMATER não é uma  
347Entidade da sociedade civil não-governamental. Independente do caráter ela é uma empresa de caráter  
348misto. Então, não pode-se caracterizar como uma Entidade representante da sociedade civil dentro de  
349um Conselho por ser uma empresa mista. **Sr. José Lauro de Quadros:** Com todo o respeito,  
350Conselheira Edi, na reunião passada, e consta na Ata, trouxemos a informação de que a EMATER é  
351uma Entidade de direito privado. Ela não é uma Entidade com característica de ONG ambientalista,  
352no sentido de ter como escopo do seu trabalho a defesa ambiental, mas ela trabalha dentro de difusão  
353de tecnologias que possam proporcionar o desenvolvimento agropecuário com sustentabilidade.  
354Então, Conselheira Edi, a EMATER é uma Entidade de direito privado e não é de caráter misto. **Sra.**  
355**Edi Xavier Fonseca:** O que eu quis dizer, Conselheiro Lauro Quadros, é que a EMATER não é uma  
356Entidade representante de entidade da sociedade civil não-governamental. É uma empresa de caráter  
357misto, sim, governamental e privada. **Sr. José Lauro de Quadros:** Ela é uma Entidade de direito  
358privado e executora de políticas públicas, mas não pode essa condição de ser uma Entidade de direito  
359privado. É claro, o Conselho poderá nesse debate definir se ela pode ou não representá-lo, mas apesar  
360de executar políticas públicas, mas ela é direito privado. E qualquer uma outra ONG também poderá



361por meio de convênio, a AGAPAN poderá por meio de convênio participar da execução de uma  
362política pública e não vai perder a sua condição de direito privado. **Sr. Presidente:** Continua a  
363palavra à disposição. Já estamos verificando, Conselheiro, a composição do Conselho Municipal de  
364Meio Ambiente. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Tenho aqui o Decreto n.º 1.615, de 30-05-03, que  
365constituiu o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM. *Art. 1º – fica constituído o Conselho*  
366*Municipal do Meio Ambiente – COMAM, conforme capítulo III, art. 4º, da Lei Municipal n.º 1.618,*  
367*de 18-02-03, pelas seguintes Entidades, primeiro, representantes do Poder Público: a) Secretaria*  
368*Municipal da Agricultura de do Meio Ambiente; b) Secretaria Municipal do Planejamento e Fomento*  
369*Econômico; c) Secretaria Municipal de Educação; d) Secretaria Municipal da Administração; e)*  
370*Secretaria Municipal da Saúde; f) Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN; g)*  
371*EMATER/RS. Representantes da sociedade civil organizada: a) Fundação de Resíduos Sólidos*  
372*Industriais – FUNRESÍDUO; b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais; c) Associação Barbosense de*  
373*Proteção Ambiental – ABAPAM; d) Associação Comercial e Industrial – ACI; e) Cooperativa Santa*  
374*Clara Ltda.; f) Tramontina S.A.; g) Leo Clube Carlos Barbosa. Esse decreto entra em vigor na data*  
375*de sua publicação.* Assinado pelo Prefeito. **Sr. Geraldo André Susin:** Duas coisas, primeiro: o Sr.  
376Quadros colocou, antes do Conselho decidir seria bom fundamentar isso legalmente em um debate  
377mais amplo. Muito bem, essa é a nossa função aqui, mas aproveitando esse gancho é interessante,  
378como Carlos Barbosa coloca a EMATER como governamental, e o Município de Nova Bréscia coloca  
379a EMATER como não-governamental. Então, procede a dúvida. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:**  
380Em relação à Carlos Barbosa pergunto: não há nenhum impedimento de uma empresa privada ser  
381representante da sociedade civil, não uma organização civil? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu até não sei  
382definir melhor juridicamente, talvez até o nosso doutor possa responder melhor, o Dr. Paulo Régis,  
383mas uma ONG ambientalista é de caráter privado também. Não é essa questão do privado exatamente  
384que determina a legitimidade ou não dela pertencer a um Conselho. No caso específico da EMATER  
385ela não se encaixa na definição de uma organização da sociedade civil que tem uma lei que determina,  
386que tem que ter determinadas características, que eu não sei. Não sou da área jurídica, não me lembro  
387quais são as características, até o novo Código Civil determina uma série de características do que é  
388uma organização da sociedade civil e o que é uma Entidade também de característica privada, mas  
389diferente da EMATER, porque a EMATER tem outra finalidade. Aí a questão da EMATER não se  
390enquadra porque ela tem outra finalidade jurídica inclusive. **Sra. Diana Brum Künzel:** Com essa  
391preocupação de encaminharmos bem o processo já realizamos audiências anteriores com a equipe que  
392atende o Município dentro da SEMA, e já nos foi levantada essa questão de duas empresas, então, no  
393caso a Tramontina e a Santa Clara. Para isso o Município alterou essa lei, essa portaria, então, de uma  
394menção, por meio de um Decreto de 1.664, de 04-09-03, que altera no seu art. 1º, inciso II, letra e:  
395Associação dos Funcionários da Cooperativa Santa Clara em substituição a própria cooperativa. E  
396letra f: Associação dos Empregados nas Indústrias Tramontina e FORJASUL ATF. Sempre com a  
397preocupação, digamos assim, da representatividade dessas empresas dentro do Município e para bem  
398contemplar a lei, as resoluções que indicam os 50% governamental e não-governamental. Então, acho  
399que se era a dúvida nós estamos aqui para esclarecer. **Sr. Presidente:** Carlos Barbosa, então, alterou a  
400lei, que é essa lei que foi lida. **Sra. Diana Brum Künzel:** E também por meio de portaria nomeou  
401novos representantes, alterou sim, perfeitamente. **Sr. Presidente:** Passou para a Associação dos  
402Funcionários. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A minha dúvida é se a Câmara Técnica recebeu esse  
403material a tempo para analisar e dar o seu parecer. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Sim. **Sr. Presidente:**  
404Recebeu, está conformando o recebimento. Então, nesse caso, nessa discussão, Carlos Barbosa está  
405resolvido. **Sr. Geraldo André Susin:** Desculpa, é que o senhor leu rápido. A Associação, a ADEPAN  
406faz parte, que é uma Entidade ambientalista atuante e é ótimo que ela participe. Obrigado, está  
407respondido. **Sr. Presidente:** Com relação à questão levantada, então, de Nova Bréscia, persiste ainda,  
408eu consulto o Assessor Jurídico para uma manifestação a essa questão. **Sr. Paulo Régis Rosa da**  
409**Silva:** Boa-tarde Srs. Conselheiros, boa-tarde a todos. Eu penso, Presidente Dilda, que uma matéria  
410como essa, inclusive envolvendo a EMATER, deva ser objeto de uma análise mais detalhada,  
411inclusive olhando os estatutos. Veja, não é o nome da Entidade que está em discussão, a própria

412FEPAM é uma Instituição de privados, mas ela exerce um ônus público. Dentro da estrutura  
413organizacional do Estado ela está vinculada, é uma administração indireta, é um órgão governamental,  
414é uma fundação governamental vinculada ao Poder Público, evidentemente, embora tenha um nome  
415de privada. Então, eu sugiro que se faça um exame mais detalhado dessas duas questões, inclusive  
416com relação a EMATER, que a outra levantada pela Conselheira no sentido de avaliar a abrangência  
417da questão das ONGs. **Sr. Presidente:** Continua a palavra à disposição dos Srs. Conselheiros. Antes  
418de passarmos às deliberações, em relação ao Município de Putinga, os Srs. Conselheiros se encontram  
419devidamente esclarecidos? **Sr. Geraldo André Susin:** Desculpe, mas só a relação das Entidades  
420participantes do Conselho, por favor. Obrigado. **Sr. Presidente:** Submeto aos Srs. Conselheiros a  
421seguinte observação: haveria a possibilidade de nós pleitearmos, junto ao Município de Nova Bréscia,  
422a partir dessa consulta que o Paulo Régis acaba de propor para, se for o caso, buscar a sua adequação?  
423Consulto se nós poderíamos, teríamos condições de analisar para a deliberação de Nova Bréscia, ou  
424não? Alguém pede vista? É isso que eu me refiro. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu considero que  
425enquanto não for sanada essa dúvida, perante até a própria Câmara, o município tem que sair de pauta,  
426tem que primeiro sanar essa dúvida que já foi objeto de avaliação anterior do Conselheiro Susin da  
427ALGA. Então, acho que ele deve voltar para a Comissão e ter essa questão sanada para depois voltar  
428para o Plenário para ser votado. Antes disso considero que não temos nem condições de fazer essa  
429avaliação. **Sr. Presidente:** Com relação ao Município de Carlos Barbosa, estão sanadas as dúvidas?  
430Alguma observação? Então, Conselheira Edi, retiramos de pauta, fica para janeiro Nova Bréscia. **Sra.**  
431**Edi Xavier Fonseca:** Em função de não ter a questão do Conselho composto conforme a resolução  
432determina tem que ser reavaliada essa questão. Se é o caso, AGAPAN pede vista, então, ao processo,  
433nós vamos analisarmos. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Há parecer da Assessoria Jurídica aprovando?  
434Mas, então, o parecer jurídico da SEMA não tem validade? **Sr. Presidente:** Está em discussão. Por  
435gentileza, Mário, faça as ponderações. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Eu tenho a impressão de que  
436temos aqui o parecer da Assessoria Jurídica da SEMA, a não ser que ela não tenha valor algum. **Sr.**  
437**Presidente:** A solicitação de vista leva automaticamente a suspensão da apreciação da matéria. Isso é  
438regimental; pergunto: pode pela segunda vez consecutiva ser feito o pedido de vista? O regramento  
439para isso tudo, que o nosso Regimento Interno é omissivo, nós estamos encaminhando em seguinte aqui.  
440Então, já foi estudado e já para a próxima reunião estará sendo submetida à apreciação deste  
441Conselho essa questão com maior objetividade e mais clareza. **Sr. Paulo Régis Rosa da Silva:**  
442Solicitada vista do processo a qualquer um dos Conselheiros a matéria será retirada de pauta,  
443considerando-se automaticamente incluída na reunião seguinte. Nesse aspecto pode pedir novamente,  
444uma vez, duas vezes. **Sr. Clebes Pinheiro:** Só um esclarecimento para quem está com o processo de  
445Nova Bréscia. Se a EMATER for, digamos, enquadrada como órgão governamental muda a  
446qualidade? É essa a pergunta que eu faço. **Sr. Presidente:** Muda a qualidade. **Sra. Karla Pipher:**  
447Nós temos cinco governamentais, sete não-governamentais, entre elas a EMATER. Nós manteríamos  
448a qualidade. **Sr. Presidente:** Então, eu acredito que considerando esse detalhe Nova Bréscia está  
449incluída para apreciação na reunião de hoje. Esse esclarecimento é importante. Solicito à Câmara  
450Técnica que na síntese coloque a composição se parietária, para facilitar o raciocínio. Considerando,  
451então, que em relação a Putinga não foi feita nenhuma observação, coloco em votação dos Srs.  
452Conselheiros a habilitação do Município de Putinga. **Sr. Geraldo André Susin (Questão de**  
453**Ordem):** Só se eu dormi aqui e ao notei, mas eu ano me lembro de ter escutado a composição que foi  
454pedido. Estavam procurando não foi lido. Então, acho que eu não dormi. **Sr. Presidente:** Questão de  
455Ordem concedida. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Composição de Putinga: *Lei n.º 1.253-03, 24-09-03,*  
456*altera a redação do art. 1º, da Lei Municipal n.º 1.071/99, altera a redação do art. 2º, da Lei.*  
457*Municipal n.º 1.071/99, modificado pelo art. 1º, da Lei Municipal n.º 1.223/02, dá outras*  
458*providências. O art. 1º e 2º diz o seguinte: O CONDEMA será constituído por representantes do*  
459*município das seguintes Entidades, primeiro, Entidades governamentais do Município: a) Um*  
460*representante da Secretaria da Agricultura; b) Um representante da Secretaria de educação; c) Um*  
461*representante do Departamento do Meio Ambiente; d) Um representante da Secretaria da Saúde.*  
462Dois, Entidades não-governamentais do Município: a) Um representante do Sindicato dos

463Trabalhadores Rurais; b) Um representante do Clube de Mães rainha do Lar da Sede; c) Um  
464representante da Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Rui Barbosa; d) Um representante da  
465Sociedade Beneficente Dr. Oscar de Benévolo; e) Um representante da Paróquia Nossa Senhora da  
466Purificação; f) Um representante da ASCAR/EMATER do Município. Art 3º – Essa lei municipal  
467entrará em vigor na data de sua publicação. Assinado, o Prefeito Municipal. **Sr. Geraldo André**  
468**Susin:** O nosso parecer quanto ao Município de Nova Bréscia, foi o nosso entendimento que a  
469EMATER, apesar de entendermos a importância. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A ASCAR é uma  
470associação. **Sr. Presidente:** A ASCAR e a EMATER normalmente funcionam juntas, não são  
471Entidades idênticas, não são a mesma coisa. Temos aqui o Secretário Palombine, que se for o caso  
472pode-nos explicar. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** O Presidente da EMATER também. **Sr. Presidente:**  
473Ah, é. Qual a objeção quanto a isso, Conselheiro? **Sr. Geraldo André Susin:** Deixe-me tentar  
474concluir o raciocínio. O nosso parecer quanto ao Município de Nova Bréscia, foi nosso entendimento,  
475EMATER não se enquadraria como não-governamental. Então, entendemos que é uma norma para  
476todos os municípios. Então, fica isso valendo pelo menos para o nosso entendimento, salvo melhor  
477juízo; mas se o Sr. Teixeira coloca que existe um parecer jurídico que diz que a EMATER é não-  
478governamental, aí isso é novidade para nós, mas até, então, desconhecemos. Ele colocou que existe  
479um parecer, não estamos duvidando do parecer jurídico no processo, deixando bem claro, respeitamos  
480os pareceres, só que nós não vimos ser tão explícito que a EMATER, no parecer jurídico, que é não-  
481governamental. Obrigado. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Na verdade, eu não disse que existe um  
482parecer explícito sobre essa questão, mas existe um parecer do advogado Fábio Luiz Correia, que é  
483membro da Comissão de Municipalização, dando por satisfeitos todos os requisitos, de forma que  
484passou, naturalmente, pelo crivo dele a análise desses aspectos. Então, quando eu me refiro que há um  
485parecer jurídico, naturalmente que esse detalhe foi visto, agora, não existe aqui no parecer dele  
486nenhuma menção específica a esse caso, se é, ou senão é Entidade governamental, ou não-  
487governamental. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente, Senhores e Senhoras Conselheiras. Na  
488reunião passada eu não tive a felicidade de ser bem claro, e não estou conseguindo agora também. Se  
489nós olharmos a Ata, se nós examinarmos, se lermos a Ata, que acabou de ser aprovada por  
490unanimidade, ali está a minha manifestação como ex-Presidente da EMATER, e mencionei EMATER  
491e ASCAR. A ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, a EMATER, ambas  
492Entidades de direito privado. Eu mencionei na reunião passada que em todo o Brasil a Sistema  
493EMATER são empresas de direito público, e que no Rio Grande do Sul, na gestão do, então,  
494Governador Guazelli, era Arena e MDB, e o líder do MDB, o nosso hoje Senador Simon, que hoje ele  
495se arrepende disso. Agora vou entrar em detalhes que não caberia, ele disse assim: a nossa política  
496não é criar novas empresas públicas. E para receber verba federal foi criada a EMATER como  
497Entidade de direito privado, e se associou à EMBRATER, que existia na época, para o sistema  
498brasileiro de extensão rural. Então, nós temos no Brasil, só o Rio Grande do Sul tem a EMATER  
499como Entidade de direito privado. ASCAR/EMATER, inclusive foi mantida a ASCAR. Ela é de  
500direito privado, ela atende essa necessidade, no entanto trabalha executando políticas de Governo e  
501com verba pública. Ela não contraria o que exige o regulamento que empresa de direito privado pode  
502participar. O que nós temos que ver no Conselho é se uma empresa de direito privado que executa  
503uma política pública pode ou não pode participar desse Conselho Municipal, é uma questão que o  
504Conselho vai decidir. Não há nenhum conflito jurídico, nenhum conflito de direito, é apenas uma  
505questão de entendimento do Conselho achar que por ser um ente privado, mas que recebe verba  
506pública para trabalhar, se teria suspeição na hora de votar. É só isso. Juridicamente, não sou  
507advogado, sou agrônomo, não vejo problema, é só quanto a questão operacional. **Sr. Presidente:** Srs.  
508Conselheiros, gostaria de fazer aqui uma observação que me parece sumamente importante. A  
509EMATER, segundo, e praticamente todos os municípios do Estado, a EMATER tem conseguido  
510desenvolver massa crítica, consciência, mobilização, relação nas questões não só de produção, mas  
511também ambientais. A EMATER, ponto de vista, teria sobretudo nos municípios que estamos  
512mencionando, e na maior parte dos municípios gaúchos, de constar sim dos Conselhos, ou de outros  
513órgãos que debatem e discutem essas questões. Então, parece que nesse caso é uma questão menor. E

514na questão de Nova Bréscia, Conselheiro Susin, mesmo que não bata ela não faria falta, não  
515desempataria. Na verdade tem sete não-governamentais e cinco governamentais. Então, parece-nos  
516que esse argumento perderia a sua eficácia nessa tomada de decisão. Considerando, então, essas  
517questões e considerando a diversidade de opiniões, vamos votar a habilitação dos três municípios  
518separadamente. Já que estamos com Nova Bréscia, comecemos por Nova Bréscia. Os Conselheiros  
519que julgarem que estamos aptos para feitas essas considerações, incluindo de que mesmo a EMATER  
520não seja classificada conforme as observações do Conselheiro Susin, mantém o município assim  
521mesmo a qualidade, ou seja, uma instituição a mais do que a pública. Se estamos aptos nessas  
522condições a votar Nova Bréscia ou não. Os favoráveis levantem o cartão de votação (*Dezesseis*).  
523Contrários (*Dois*). Abstenções (*Uma*). O Plenário opta por votarmos Nova Bréscia. Em votação à  
524habilitação do Município de Nova Bréscia, os favoráveis levantem os seus cartões (*Dezesseis*).  
525Contrários (*Dois*). Abstenções (*Uma*). Matéria esgotada, Conselheiro. **Sr. Geraldo André Susin:**  
526Qual delas? **Sr. Presidente:** Nova Bréscia, vamos para Carlos Barbosa. **Sr. Geraldo André Susin**  
527(**Questão de Ordem**): Em nome da Entidade, como Conselheiro, gostaria de encaminhar à Mesa um  
528pedido de parecer jurídico quanto a questão da EMATER. Obrigado. **Sr. Presidente:** Já estava feita  
529essa observação. Já estará sendo providenciado esse parecer. Em apreciação a habilitação do  
530Município de Carlos Barbosa. Conselheiros favoráveis à habilitação, por gentileza, manifestem  
531levantando o seu cartão de aprovação (*Dezoito*). Abstenções. Contrários. **Aprovada**, por  
532unanimidade, Carlos Barbosa. Mãos à obra senhores gestores de meio ambiente de Carlos Barbosa,  
533que enfim não tem mais aquele cartão de visitas ao lado da rodovia, que a gente por anos observava, e  
534a vegetação se recuperou. Maravilhoso. Em apreciação a habilitação do Município de Putinga.  
535Conselheiros favoráveis à habilitação do Município de Putinga levantem seu cartão de votação, por  
536gentileza (*Dezessete*). Contrários. Abstenções. Os municípios de **Putinga, Carlos Barbosa e Nova**  
537**Bréscia**, por decisão deste Plenário, encontram-se habilitados para o licenciamento ambiental, embora  
538desde 1988 tem a competência de fazer a gestão do meio ambiente do seu território. Carlos Barbosa  
539está aqui presente, sucesso para vocês. É a mensagem dessa votação unânime do Plenário deste  
540Conselho. Temos representantes de Putinga e Nova Bréscia? Não. E muito obrigado pela presença  
541neste Plenário, muito nos honra. **Sr. José Lauro de Quadros:** Antes do assunto seguinte, no intuito  
542de trazer esclarecimentos, ou detalhes que não eram pertinentes, eu citei o Senador Simon. Eu gostaria  
543de complementar que durante o período em que fui Presidente da EMATER, o Senador Simon era  
544Ministro da Agricultura, e não éramos do mesmo partido, no entanto, durante aquele período 45% dos  
545recursos da EMATER nós recebíamos do Ministério da Agricultura via EMBRATER. Hoje a  
546EMATER não recebe recursos do Governo Federal. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu tenho  
547uma sugestão no sentido de se agilizar as próximas análises, dos próximos municípios, que conste no  
548parecer da Câmara Técnica a lei que define a composição dos Conselhos de meio ambiente  
549municipais. Ao invés de se exigir a leitura que essa lei com a devida composição já venha anexado,  
550acho que isso vai facilitar bastante a análise. **Sr. Presidente:** Sugestão acatada e será devidamente  
551encaminhada à Câmara Técnica. **Sr. Clebes Pinheiro:** Só uma observação em relação aos Conselhos  
552Municipais. Acho que quanto mais breve possível a este Plenário é importante nos debruçarmos sobre  
553a discussão com relação a eficiência realmente dos Conselhos Municipais. Às vezes nos defrontamos  
554com situações em que a dificuldade que os Conselho têm de se reunirem e de aprovarem. Então,  
555talvez temos que criar um mecanismo de acompanhamento das eficiências, se os Conselhos realmente  
556estão-se reunindo ou não, não sei se por meios de Atas, alguma coisa assim; mas além dessa questão  
557das paridades, preocupa-me sobre maneira, realmente, são as eficiências dos Conselhos Municipais  
558que talvez tenhamos que em algum momento nos debruçarmos sobre essa discussão. **Sr. Presidente:**  
559Srs. Conselheiros, acredito que uma observação, mesmo que na semana passada este Conselho tenha  
560se reunido extraordinariamente para tratar precipuamente da questão de municipalização, e em relação  
561as Entidades representativas nos municípios, são muitos os municípios que não dispõem de muitas  
562Entidades. Municípios com dois, três mil habitantes, realmente não têm aquela profusão de Entidades  
563representativas na comunidade, até por força da própria realidade vivenciada pelo município, quando  
564praticamente o Conselho de Saúde, o Conselho do Meio Ambiente, o Conselho de Trânsito, o

565 Conselho do Adolescente são os mesmos. Então, é uma realidade que nós precisamos ter presente. Só  
566 uma observação complementar que eu gostaria de fazer a quicá de conclusão, então, da abordagem  
567 desse assunto. **4. Calendário de Reuniões para o Ano de 2004.** O próximo assunto acredito que não  
568 tenha problema, é bastante rápido. Estamos submetendo aos Srs. Conselheiros à aprovação do  
569 Calendário de Reuniões para o ano 2004, que está no material que todos os senhores receberam  
570 antecipadamente. Segue a mesma sistemática que vem sendo utilizada até agora, intercalando-se a  
571 terceira quinta-feira e sexta-feira de cada mês. **Sr. Alexandre Bugin:** Só uma lembrança, não vou  
572 desfilar, mas 20-02 é sexta de Carnaval. **Sr. Presidente:** Bem lembrado. Antecipamos ou  
573 postergamos? Antecipamos? **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Antecipamos. **Sr.**  
574 **Presidente:** Dia 13-02, alguma outra sugestão? A Secretária Executiva deste Conselho me traz a  
575 informação de que, sistematicamente a reunião de fevereiro não tem tido *quorum*. Consulto os Srs.  
576 Conselheiros da necessidade de darmos uma parada, ou não. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu  
577 proponho que seja suprimido aqui essa data, e se houver alguma questão relevante, que seja chamada  
578 uma reunião extraordinária nos ritos que o Regimento prevê. **Sr. Presidente:** Colocamos em votação  
579 a proposição do Conselheiro Cunha. Os favoráveis a que no mês de fevereiro se reúna este Conselho a  
580 partir da existência de assunto de relevante interesse, para uma reunião extraordinária, suprimindo a  
581 reunião ordinária de fevereiro. **Sr. Antônio Ruas Neto (Questão de Ordem):** Uma proposição um  
582 tanto diferente é que se mantenha a reunião de fevereiro, talvez antecipando para quinta-feira, em  
583 função de que todos nós temos, ou melhor, todas as nossas instituições têm Titulares e Suplentes, e  
584 eventuais férias dos Titulares poderão ser supridas pelos Suplentes. Considerando também a  
585 existência de assuntos relevantes e que eu acho que merecem ser analisados mantendo a reunião. **Sr.**  
586 **Presidente:** Vamos fazer em duas partes: a proposição do Conselheiro Ruas e temos a proposição do  
587 Conselheiro Cunha. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu tentei compor aqui lendo o Plenário, mas  
588 cometi um absurdo ao propor algo que conflita com o nosso Regimento, que prevê reunião ordinária  
589 uma vez por mês. Como não há sentido em insistir numa irregularidade, sou forçado a retirar a  
590 proposta. **Sr. Presidente:** Retirada a proposta. Reunimo-nos, então, na quinta-feira, dia 12, ou dia 19?  
591 **Sr. José Lauro de Quadros:** Eu proponho dia 19 para que haja um espaçamento entre as reuniões. Se  
592 nós fizermos dia 12, há a reunião de março e fevereiro tem só 28 dias, o ano que vem vai ter 298 dias,  
593 é ano bissexto, mas vai dar um espaçamento muito grande. Eu proponho dia 19. **Sr. Presidente:** Para  
594 dirimir, então, vamos lá. Temos a proposta do Conselheiro Ruas no dia 12, na quinta-feira. **Sr.**  
595 **Antônio Ruas Neto:** A proposta era para manter a reunião de fevereiro, a decidir a melhor data, mas  
596 sobre esse tema ficou acolhido quinta-feira, dia 19. **Sr. Presidente:** Alguma outra proposta? Então,  
597 favoráveis a quinta-feira, dia 19-02-04, levantem seu cartão (*Treze*). Contrários (*Quatro*). Abstenções  
598 (*Cinco*). **Dia 19-02-04**, quinta-feira, a nossa reunião do mês de fevereiro. Todos observaram as demais  
599 datas? Então, vamos para a proposição mais eficiente: algum Conselheiro vota contrariamente à  
600 aprovação desse calendário, ou na adequação formulada? Alguma abstenção? Calendário de reuniões  
601 de 2004 **aprovado**, por unanimidade. **5. Câmara Técnica de Gestão das Águas.** Temos Srs.  
602 Conselheiros duas situações muito importantes aqui que precisamos decidir e definir hoje para que em  
603 janeiro de 2004 nós possamos começar a trabalhar, considerando uma lacuna que ocorreu nos últimos  
604 tempo em relação à Câmara Técnica do Fundo Estadual de Meio Ambiente e em relação a Câmara  
605 Técnica de gestão das Águas. Ainda, no decorrer de 2001, a Câmara Técnica de Gestão das Águas,  
606 juntamente com o Conselho de Recursos Hídricos, pela similaridade e no entendimento de alguma  
607 superposição, ficou indefinido. Nós, efetivamente, precisaríamos, então, definir e decidir hoje qual o  
608 encaminhamento que nós damos com relação à Câmara Técnica de Gestão das Águas, que já está  
609 constituída, já houve reunião. A Câmara Técnica de Gestão das Águas é formada pela AGAPAN,  
610 Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, SINDIÁGUA, Secretaria de Obras, Secretaria de  
611 Planejamento, Sociedade de Engenharia, Universidade Privada, Secretaria do Meio Ambiente,  
612 Comitês de Bacias Hidrográficas, Centro de Estudos Ambientais, FAMURS, SIVAM e FEPAM. Essa  
613 é a composição da Câmara Técnica de Gestão das Águas. Então, hoje nós precisaríamos decidir  
614 definitivamente em relação a esse binômio. **Sr. Marcos Palombine:** É a primeira vez que eu participo  
615 dessas reuniões representando a Secretaria da Agricultura, e desconheço porque a Secretaria da

616Agricultura está fora. **Sr. Presidente:** É que normalmente, Secretário, a inserção nas Câmaras  
617Técnicas é feita espontaneamente pelas Entidades. Então, provavelmente o representante da Secretaria  
618de Agricultura de 2001, quando se constituiu a Câmara Técnica, não fez a solicitação. Isso ano  
619significa que a partir de agora não possa contar. Pode a Secretaria manifestando a sua anuência, sem  
620problema. **Sr. Alexandre Bugin:** Só um esclarecimento, e os Conselheiros da época podem até me  
621ajudar. Nesse momento em que foram definidas as Câmaras Técnicas, a composição, definiu-se um  
622número máximo de Entidades. Então, temos que ver se a Câmara Técnica de Gestão das Águas não  
623está já com o número máximo esgotado. Para incluir teria que se alterar essa definição que fizemos  
624naquela época. Então, teria que verificar o número de Entidades da Câmara para ver-se não esgotamos  
625o número. O objetivo é a questão de evitar a falta de *quorum* nas reuniões. No momento que se define  
626um número muito grande Entidades o risco de falta de *quorum* é maior. **Sr. José Lauro de Quadros:**  
627A FARSUL está participando do grupo? **Sr. Presidente:** Não. **Sr. José Lauro de Quadros:** A  
628FARSUL tem uma Comissão de Recursos Hídricos que faz parte inclusive na Comissão Nacional que  
629executa a política nacional de recursos hídricos. Eu pediria permissão para em um prazo de dois, três  
630dias manifestar o interesse da FARSUL, porque eu não poderia participar, temos que ver-se o  
631Presidente da Comissão de Recursos Hídricos teria condições, para não haver o que o Conselheiro  
632Bugin mencionou, entra a Entidade e não dá *quorum*. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:**  
633Independentemente da preocupação do Conselheiro Bugin, em havendo uma resolução anterior  
634fixando o número de membros, o parágrafo primeiro, do art. 18 diz que o número de membros da  
635Câmaras Técnicas será fixado pelo Plenário. Isso não impede, pois, que haja uma reavaliação por este  
636mesmo Plenário, resguardados aqueles cuidados de não incluir entidades não interessadas, o que  
637inviabilizaria o trabalho por questões de *quorum*. Além disso, tem que haver um mecanismo severo de  
638exclusão dos ausentes contumazes. Sendo desejo dos Conselheiros participar de Câmaras Técnicas,  
639este Plenário pode colocar como item de deliberação, na próxima reunião, a reavaliação do número  
640máximo de integrantes por Câmara Técnica. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só uma colocação: dizer que  
641a AGAPAN tem-se manifestado desde 2002 em relação à falta de reuniões dessa Câmara Técnica.  
642Consideramos de máxima importância, inclusive com sugestão de pauta por escrito, e nunca a Câmara  
643se reuniu. Neste Plenário aqui, em 2003, a AGAPAN já solicitou duas vezes que essa Câmara se  
644reunisse em função de termos vários planos de bacias hidrográficas que estão sendo discutidas no  
645Estado e que seriam um bom ponto de pauta para essa Câmara discutir. Então, achamos que realmente  
646está tendo um vácuo, porque as competências do Conselho de Recursos Hídricos é uma e da Câmara  
647Técnica do Conselho é outra totalmente diferente. Há características diferentes e estão dentro de um  
648sistema de meio ambiente diferente também. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Só para  
649esclarecer, sou membro dessa Câmara Técnica de Gestão das Águas. O que faltou para que ela  
650pudesse continuar foi justamente ela ser demandada pelo CONSEMA de algum assunto. Inclusive  
651naquela ocasião se falou em tentar fazer uma convergência entre a política de recursos hídricos e com  
652a política ambiental do Estado, para fazer uma convergência a respeito disso. A Câmara ia mandar um  
653ofício ao CONSEMA, mas acabou não vindo, nada, nenhuma demanda. Então, a Câmara ficou  
654esvaziada, mas os membros da Câmara estão bastante motivados e locou para trabalhar, só esperando  
655essa demanda. A Conselheira Edi já deu uma idéia que eu achei bastante interessante. Obrigado. **Sr.**  
656**Presidente:** Com certeza acontecerá. **Sr. José Lauro de Quadros:** A FARSUL confirma o interesse  
657em participar da Câmara de Gestão. **Sra. Silvia Cappelli:** O Ministério Público encaminhou, salvo  
658melhor juízo, a memória já de uns dois anos atrás de um pedido formal de sua inclusão no Conselho  
659Estadual do Meio Ambiente. E a participação do Ministério Público tem-se dado na qualidade de  
660convidado permanente. Eu vou formalizar a intenção do Ministério Público Estadual de compor  
661oficialmente o Conselho, até por similitude ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, onde o  
662Ministério Público Federal tem uma vaga e dois Suplentes, e o Ministério Público dos Estados eu  
663estou, no caso representante do Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Meio  
664Ambiente. E nessa esteira também solicitar a possibilidade de presença em todas as Câmaras Técnicas  
665sem prejuízo do *quorum*, porque a participação do Ministério Público não implica voto. Então, ela não  
666implica *quorum*, é com voz e sem direito a voto, de maneira que a gente possa acompanhar nem

667sempre haverá a possibilidade de participação em todas as Câmaras Técnicas, mas gostaríamos de  
668receber. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Sr. Presidente, a minha inscrição seria mais adequada em  
669Assuntos Gerais, mas já que a Dra. Silvia fez essa colocação, que implicará alteração do Regimento,  
670eu reitero que o mesmo tem uma série de questões que precisam sofrer adequações, inclusive para  
671compatibilizá-lo com o que se faz no plano nacional. Então, já encaminharia, a reboque do que está  
672se discutindo, que se trabalhe, como uma das metas para o próximo ano, por meio da nossa Câmara de  
673Assuntos Jurídicos, e com a contribuição das demais Câmaras e dos Senhores Conselheiros, na  
674revisão para uma atualização do nosso Regimento, naquilo que couber. **Sr. Presidente:** O  
675Conselheiro Cunha antecipou um assunto que era um assunto dentro dos Assuntos Gerais, que é muito  
676pertinente, Conselheiro, uma reavaliação do nosso Regimento. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Já que a  
677Dra. Silvia Cappelli antecipou a questão de inclusão de Entidades no CONSEMA, desde o ano  
678passado já havíamos solicitado uma reavaliação da composição do CONSEMA, em função de não só  
679o Ministério Público Estadual, mas a OAB, a ABES, e outras instituições já tenham-se manifestado  
680neste Plenário solicitando a sua inclusão. E por entendermos também que existe falta de paridade  
681dentro do CONSEMA, que se faz necessária essa reavaliação da composição do Conselho. Talvez  
682possa ser objeto de um estudo de um grupo de trabalho para se organizar essa nova composição do  
683Conselho. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Pertinente o pleito, mas convém lembrar que a  
684alteração da composição do Conselho decorre de lei, e pretender fazê-lo apenas via Regimento não é  
685possível. **Sr. Presidente:** O grupo de trabalho que vai discutir o Regimento, o mesmo grupo poderá  
686discutir essas questões e fazer os encaminhamentos em relação a composição. **Sr. Valtemir**  
687**Goldmeier:** Nós da FAMURS, da mesma forma, já encaminhamos há algum tempo que houvesse um  
688número maior de Conselheiros representando os municípios e se possível por porte e tipologia de  
689produção. Ademais, ao alterar a lei, um pedido nosso, que no novo projeto de lei, se ele for feito, que  
690haja uma alteração retirando, que os Conselheiros em muitos casos, no caso do Estado do Rio Grande  
691do Sul, os Conselheiros são Secretários de Estado ou seus representantes, que isso fosse na lei  
692alterado e que fosse colocada a Secretaria de Estado, porque na maioria dos casos os Secretários não  
693conseguem participar das reuniões e, em muitos casos, sequer tomam posse como Conselheiros do  
694CONSEMA. Então, era essa a nossa contribuição, que fica uma coisa em lei e depois, na hora da  
695prática, o Secretário de Obras, o Secretário de Agricultura, nunca estiveram nas reuniões do  
696CONSEMA. Então, era só essa a contribuição. Claro que sabemos que, em alguns casos, os  
697representantes representam os Secretários, só que na lei está escrito que é o Secretário de Estado.  
698Claro, eu usei, até o colega, ex-Prefeito de Vacaria, que representa a Secretaria, não é no sentido de  
699ofensa, nem nada, mas nós, da FAMURS, entendemos que deveria ser escrito o representante ou a  
700Secretaria de Estado e não a pessoa do Secretário. Obrigado. **Sr. Clebes Pinheiro:** Dentro desse tema,  
701uma colocação que eu acredito que seja bem importante: a FEPAM realizou esta semana uma eleição  
702interna dentro do seu quadro técnico para eleger o seu representante. A cada quatro anos um órgão da  
703SEMA tem direito a um assento no CONSEMA. Nós descobrimos que esse representante tem que ser  
704eleito pelos funcionários, para que na próxima gestão será a vez da Associação Zoobotânica, depois a  
705vez do DEFAP, depois volta a FEPAM de novo. Então, o que estou aqui colocando é a importância  
706dentro desse debate, nós conseguimos incluir também representantes do quadro técnico da Fundação  
707Zoobotânica, do DEFAP e da FEPAM permanentemente dentro deste Conselho, que eu acho que está  
708dentro da pauta. **Sr. Presidente:** Isso será tema para discussão, então, a partir das propostas já  
709acatadas por todo este Plenário. Não acredito que reste qualquer nesga de dúvida de que a Câmara  
710Técnica de Gestão das Águas será chamada. **6. Câmara Técnica do Fundo Estadual do Meio**  
711**Ambiente – FEMA.** Pauta seguinte, ainda dentro da questão de Câmaras Técnicas, face a  
712implementação do Fundo estadual do Meio Ambiente, nós, e até como resultado de um acordo com o  
713Ministério Público, que temos prazos para isso, nós vamos implementar a Câmara Técnica de Gestão  
714do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Câmara Técnica do FEMA. Nós temos tão-somente, já foi  
715criado pela Resolução n.º 027/2002, de 19-12-02, três representantes deste Conselho que se  
716dispuseram a integrar essa Câmara Técnica. Então, nesse momento coloco para o Plenário, abrindo  
717novamente as inscrições para a composição. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Dilda, poderia ler quais são as

718Entidades, eu sei que nós nos inscrevemos. **Sr. Presidente:** A SEMA, AGAPAN e CEA. A Sociedade  
719de Engenharia, FAMURS, Ministério Público, mais algum? **Sr. Alexandre Bugin:** Presidente, os  
720Comitês também têm interesse em participar. **Sr. Presidente:** Pela Resolução 028/2002, da mesma  
721data, foi regulamentado o art. 118, da Lei 11.520, dispoendo sobre o recurso administrativo ao  
722Conselho Estadual de Meio Ambiente. Recursos Administrativos dirigido ao Conselho Estadual de  
723Meio Ambiente, que é a última instância recursiva. Também em relação ao Conselho de Recursos  
724Administrativos temos tão-somente duas Entidades: o representante da SEMA e da FEPAM. Haverá  
725algum momento em que algum autuado venha a recorrer. Srs. Conselheiros, acredito que chegamos  
726aos finalmente. Constituirão a Câmara Técnica, oportunamente as instituições receberão a  
727comunicação oficialmente; **Câmara Técnica de Recursos Administrativos:** Secretaria do  
728Planejamento, SEMA, FEPAM, Secretaria da Justiça, Núcleo Amigos da Terra/Brasil, FIERGS,  
729FAMURS, Movimento Roessler, Sociedade de Engenharia e FARSUL. **Fundo Estadual do Meio**  
730**Ambiente:** SEMA, AGAPAN, CEA, Sociedade de Engenharia, FAMURS, Ministério Público,  
731FEPAM, Secretaria da Cultura, FIERGS, PATRAM, Comitês e Secretaria da Justiça; desculpe, eu já  
732havia anotado aqui, e **7. Assuntos Gerais.** Passando a partir desse momento para os Assuntos Gerais.  
733Estão abertas as inscrições: Conselheiro Susin, Conselheiro Ruas. **Sr. Geraldo André Susin:** Eu  
734gostaria de rapidamente colocar uma proposta para o Conselho. Dentro da Entidade da ALGA sempre  
735tivemos uma preocupação entre triangular, para ter uma visão holística triangular a interligação entre  
736a ciência, a região e a arte. Então, estamos chegando no final de um ano gregoriano e o nós temos a  
737concepção de um dos calendários maias, porque existem mais tipos de calendários, que é de 13 meses  
738e de 28 dias. Nós estamos no final de um calendário gregoriano, gostaríamos de propor que em todas  
739as reuniões do Conselho que houvesse um momento de grande reflexão com um trabalho na área das  
740artes. Por que isso? Porque a arte perpetuou no decorrer dos períodos históricos pelo seu valor  
741agregado. Está ali contida a nossa bagagem cultural. Então, isso seria um ponto. Eu pediria licença ao  
742Presidente, aos Conselheiros, para ler o poema A Terra, de Vinicius de Moraes. Então, para inaugurar  
743esse momento de arte: *Um dia, estando nós em verdes prados, eu e a amada, a vagar, gozando a*  
744*brisa. Ei-la que me detém nos meus agrados e abaixa-se, e olha a terra, e a analisa com face cauta e*  
745*olhos dissimulados. E, mais, me esquece; e, mais, se interioriza como se os beijos meus fossem mal*  
746*dados e a minha mão não fosse mais precisa. Irritado, me afasto; mas a Amada, a minha zanga,*  
747*meiiga, me entretém com essa astúcia que o sexo lhe deu. Mas eu que não sou bobo, digo nada ... Ah,*  
748*é assim (só penso). Muito bem: antes que a terra a coma, como eu.* **Sr. Antônio Ruas Neto:** Sr.  
749Presidente, a questão que eu coloco me parece, a mim e a meus pares, da maior relevância e vem a  
750sugestão que seja colocada e debatida pelo CONSEMA conforme sugestão que eu pretendo colocar a  
751seguir. No dia 21-05-03 foi aprovado na Assembléia Legislativa a Lei 11.915, intitulado o Código  
752Estadual de Proteção aos Animais, a qual, nas suas alíneas finais, colocava que seria regulamentada  
753em 30 dias após a sua promulgação. Sobre essa Lei 1.915, o nosso próprio Governador, Dr. Rigotto,  
754manifestou-se na ocasião, na inauguração solene da lei, lá no Jardim Zoológico, palavras do  
755Governador: *Mesmo no hábito urbano temos que cuidar para que exista o mínimo de respeito pela*  
756*vida animal, além do mais o Rio Grande do Sul sempre foi pioneiro nessas questões que envolvem*  
757*ecologia em todos os seus patamares, e merece seguir na vanguarda, também na questão da proteção*  
758*aos animais.* Na ocasião, o nosso Secretário Wenzel, do Meio Ambiente, pronunciou-se dizendo que o  
759Código Estadual de Proteção aos Animais é importante não apenas para evitar a violência quanto aos  
760animais, mas por priorizar a vida. A Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Fundação  
761Zoobotânica, promete que se empenhará ao máximo para dar efetividade ao Código. No âmbito do  
762meu setor, na Secretaria da Saúde, Sr. Presidente, nós vimos discutindo alguns aspectos,  
763problemáticos inclusive, alguns até polêmicos, na implementação futura, ao que tudo indica, dessa  
764legislação. O que nos coloca a seguinte questão: a necessidade de discutirmos essa legislação. Aí vem  
765a sugestão de que este Conselho promova um debate sobre o Código Estadual de Proteção aos  
766Animais em algumas dessas reuniões marcadas para 2004. Então, eu gostaria de colocar á Mesa essa  
767sugestão. **Sr. Presidente:** Está registrado e será incluído na pauta de reuniões de 2004. Srs.  
768Conselheiros, considerando que o momento que foi constituída, a proposta de pauta de reunião não



769 estavam prontas, permita-me Conselheiro José Lauro de Quadros só antecipar, considerando que  
770 temos *quorum*. Precisamos da ratificação deste Conselho que foi proposto na última reunião, que é a  
771 inclusão da FETAG na composição da Câmara Técnica de Agropecuária e a inclusão da FEPAM na  
772 composição da Câmara Técnica de Biodiversidade. Nós somente abordamos, mas não votamos. Então,  
773 estou submetendo aos Srs. Conselheiros a apreciação da inclusão da FETAG na Câmara Técnica de  
774 Agropecuária e da FEPAM na Câmara Técnica de Biodiversidade. Os Conselheiros contrários  
775 levantem o cartão. Abstenções. Não havendo contrários e nem abstenções, **aprovada** por  
776 unanimidade. Serão transformados em resolução e devidamente publicados. As Entidades devem  
777 enviar ofício enviando o Titular e Suplente para as duas Câmaras Técnicas. **Sr. José Lauro de**  
778 **Quadros:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiras. É a última reunião do ano e eu gostaria, já que  
779 essas nossas manifestações são registradas em Ata, de deixar consignada a grande alegria que tenho  
780 em participar deste Conselho. Tivemos mais um ano de trabalho e eu participo em outros Conselhos  
781 também, em outros fóruns, mas vejo aqui uma representação do maior nível, do maior interesse, e o  
782 que é mais importante, a harmonia que temos aqui dentro. Eu gostaria de registrar com alegria, porque  
783 cada Entidade tem as suas peculiaridades, tem as suas demandas, tem os seus posicionamentos, mas o  
784 respeito mútuo que existe aqui dentro, o altíssimo nível com que debatemos os assuntos qualifica  
785 sobremaneira este fórum. Eu quero, então, registrar o orgulho que tenho em participar deste fórum.  
786 Outro aspecto que eu gostaria de salientar também é a forma democrática com que este Conselho vem  
787 sendo dirigido. Ao longo da minha vida, sou o mais velho aqui presente, e participando de tantas  
788 Entidades, nós tivemos muita experiência em participar de reuniões, dirigir sessões, etc. E quando os  
789 debates acalorados chegam a um impedimento de que deve iniciar-se o processo de votação, iniciado  
790 o processo de votação ele é irreversível, e o nosso Presidente em pleno processo de votação abre a  
791 palavra para Questões de Ordem. Isso pode tumultuar os processos, e nunca houve tumulto. Então,  
792 espero que no próximo ano possamos inclusive quebrar essas normas pétreas de condução de reunião,  
793 que é em pleno processo de votação abre questão de ordem, reabre o assunto. O que interessa é que  
794 temos que sair daqui com consensos possíveis. Toda a unanimidade é burra, dizia o Nelson  
795 Rodrigues. Isso tem feito com que nós pudéssemos estar desenvolvendo mais do que uma relação  
796 formal de Conselheiros de um Conselho ambiental, uma relação de amizade. Isso é algo espetacular  
797 para nós que estamos aqui muitas vezes com as nossas agendas complicadas, mas trazendo a nossa  
798 contribuição, umas de maior valor, outras modestas como a minha, mas todas elas buscando o bem  
799 comum no Rio Grande do Sul. E ao encerrar quero cumprimentar além do nosso Presidente do  
800 Conselho, a sua equipe, toda a equipe. O Conselho está superbem estruturado, organizado, as  
801 convocações, as Atas. Essa parte de infra-estrutura é um negócio complicadíssimos, mas está  
802 funcionando, que eu espero que continue funcionando da mesma forma, com essa eficiência o ano que  
803 vem. Encerro desejando, no meu nome pessoal e da FARSUL, um bom Natal e bom ano-novo a  
804 todos. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu só quero aproveitar a hora de recreação que o  
805 Susin nos proporcionou e convidar vocês a darem uma olhadinha no bazar dos funcionários da  
806 FEPAM. O material está exposto aqui ao lado. Há um artesanato realmente diferente, porque hoje  
807 quando vamos a feira de artesanato é tudo igual, de artesanato não há nada. E é outro trabalho  
808 importante que o pessoal da FEPAM está fazendo. Então, a feirinha está aqui ao lado até o dia 24.  
809 Vale a pena dar uma olhadinha pelo nível dos trabalhos. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só para esclarecer  
810 Presidente, só estou aqui como Presidente do Comitê Gravataí. Apesar de não entrar na festividade e  
811 nos parabéns de final de ano, só gostaria de deixar registrada uma solicitação: que um dos primeiros  
812 pontos de pauta da Câmara Técnica de Gestão das Águas instituído, e será, com certeza, pela própria  
813 demanda trabalhada a partir de janeiro, seja a questão dos planos de bacias e os licenciamentos  
814 ambientais. Isso para nós é uma demanda muito clara e com certeza não teremos problema de  
815 *quorum* porque o assunto merece uma discussão. Nós queremos trazer a discussão da bacia  
816 hidrográfica quanto unidade de planejamento regional. Sabemos de algumas posições em contrário, na  
817 verdade, que nós temos de não trabalhar com a questão da regionalização. Então, é uma solicitação  
818 que fazemos que também esse seja o primeiro ponto de pauta da Câmara Técnica a partir de janeiro.  
819 **Sr. Valtemir Goldmeier :** Em nome da FAMURS eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar que em

820uma das reuniões de outubro, ou novembro, ou em uma reunião extraordinária deste Conselho, no  
821ano de 2004, se tenha pelo menos um momento de que o Conselho fique sabendo de qual é o  
822orçamento do Estado para a área ambiental para o ano seguinte. Eu gostaria de fazer esse pedido, acho  
823que o Conselho, considerando a legislação, é a instância superior do Sistema Estadual de Proteção  
824Ambiental. E o Conselho poderia tomar conhecimento onde o Estado vai gastar os recursos na área  
825ambiental no ano seguinte. Então, o primeiro pedido seroia que houvesse em uma das reuniões, ou de  
826outubro, ou de novembro para a gente pudesse eventualmente tomar conhecimento e os Conselheiros  
827poderem dar alguma sugestão. E a outra sugestão, Sr. Presidente, é de que em uma das reuniões de  
828janeiro, ou fevereiro, que pudesse ser trazido ao Conselho um breve resumo de como ficou o  
829orçamento do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 2004 na área ambiental, se fosse possível.  
830Obrigado. **Sr. Marcos Palombine:** Presidente Dilda, é a primeira vez que eu participo dessas  
831reuniões representando a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. E daqui em  
832diante eu serei o representante, praticamente, permanente e eu estou aqui na condição de produtor  
833rural e também representando a Secretaria da Agricultura. Eu represento o interesse do Governo do  
834Estado em incentivar a produção primária do nosso Estado, de todas as nossa regiões. Evidentemente  
835que é um setor colhido e muitas vezes com os aspectos, os interesses da defesa ambientalista, mas eu  
836acredito que nessas reuniões nós poderemos chegar sempre ao consenso e buscar uma fórmula comum  
837que venha atender os diferentes interesses. E para isso eu gostaria de sugerir alguns temas para a  
838pauta da próxima reunião, não sei se é possível fazer essas sugestões. Uma das pautas seria  
839debatermos taxas para licenciamentos; a outra sugestão seria uma solicitação da colônia de  
840pescadores, a Z-5, com sede aqui na Ilha da Pintada, onde ela solicitou à FEPAM autorização para  
841fazer o repovoamento com espécies nativas do estuário do rio Guaíba. Foi negado, ela trouxe novos  
842argumentos e até o presente momento não recebeu nenhuma resposta. Eu acho que esse é um tema  
843importante que nós deveríamos debater, porque está em jogo a sobrevivência de várias famílias de  
844pescadores. E o terceiro item seria nós debatermos essa recomendação da promotoria de justiça, de  
845defesa do meio ambiente de Porto Alegre, que por meio do Ofício 2016/03, enviou para a FEPAM,  
846para vossa senhoria, e nós gostaríamos de debater esse assunto aqui nas reuniões do Conselho. **Sr.**  
847**Presidente:** Está anotado, nós incluiremos na pauta das próximas reuniões. **Sra. Carla Maria Pires**  
848**Rangel:** Boa-tarde a todos. Queria só deixar registrado que contrariamente ao Dr. Palombine, esta  
849deve ser a última reunião que eu participo do Conselho, porque estamos completando três anos de  
850participação, e ,conforme o Regimento Interno, a FIERGS deverá renovar seus componentes, seus  
851representantes aqui neste Conselho. Queria deixar registrado a minha satisfação, o meu orgulho de ter  
852participado, foi, na verdade, um grande aprendizado essa convivência aqui, esse debate. Eu acho que a  
853gente aprende bastante a questão da decisão democrática, o exercício do saber ouvir, de praticar o  
854respeito às posições contrárias. E o meu desejo é que este Conselho continue com a sabedoria de que  
855a gente busque sempre a melhor alternativa para o meio ambiente, para a nossa sociedade, mesmo que  
856ela não seja a excelente, mas que seja boa, que seja possível. Que a gente possa ter a sensatez e bom-  
857senso de estar optando e decidindo coisas que sejam viáveis para a melhoria da nossa sociedade. Na  
858FIERGS nós fizemos a semana passada uma avaliação das nossas expectativas, em relação a este  
859Conselho a FIERGRS deve estar encaminhando um ofício com as nossas sugestões e prioridades de  
860temas a serem pautados. Então, a gente deve estar oficializando isso já, no início de janeiro esse ofício  
861deve estar chegando. Então, eu desejo sucesso a este Conselho, que continue trabalhando para o  
862desenvolvimento sustentável da nossa sociedade. Obrigada. **Sr. Alexandre Bugin:** Sr. Presidente, são  
863duas colocações: a ABES, a Entidade que eu represento no Comitê Gravataí, está propondo por meio  
864da sua Câmara Técnica de Recursos Hídricos, pela sugestão do Luiz Grassi, que é o coordenador da  
865Câmara, haja vista que em 2004 completaremos dez anos da lei que criou o sistema de recursos  
866hídricos do Rio Grande do Sul. Então, estamos propondo, e isso está sendo feito oficialmente, deverá  
867ser objeto inclusive de lei, que o ano de 2004 seja o ano estadual da água, justamente em  
868comemoração a essa data. Então, isso deve ser oficializado por meio dessa proposta, tanto em nível de  
869Governo, como Entidades e até como Assembléia. Então, apesar de não termos nada oficial, mas  
870estou comunicando a todas Entidades que por entendimento, até agora todas as Entidades que

871receberam o pedido de apoio demonstraram apoio a essa questão, e que certamente as Entidades serão  
872solicitadas para darem o apoio a essa idéia, a essa proposta. Também o CONSEMA, quando vier a ser  
873solicitado oficialmente, também que manifeste no sentido de apoiar que o ano que vem, 2004, seja o  
874ano estadual da água. Também já foi lido aqui que o Conselheiro Sérgio a partir de janeiro passa a ser  
875o membro Titular dos Comitês em substituição a minha representação, estou também completando  
876três anos, e continuarei participando, representando a ABES, que é Entidade convidada. Não terei  
877direito a voto, mas terei direito a voz, mas como Conselheiro hoje, oficial e representando os comitês,  
878eu gostaria também, da mesma maneira que a Karla colocou, agradecer pelo período, pedir desculpas  
879pelas impaciências e às vezes pelos debates, mas sempre teve o objetivo de fortalecer o Sistema  
880Estadual de Meio Ambiente. Então, desejo a todos Conselheiros um 2004 repleto de sucesso. **Sra.**  
881**Edi Xavier Fonseca:** Nós encaminhamos dois ofícios à Mesa, gostaria de saber se o Presidente vai lê-  
882los. **Sr. Presidente:** Eu estava conversando agora com a Secretária Executiva, eu gostaria de  
883encaminhar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a fim de recebermos, então, isso. Eu ia  
884comunicar o recebimento, Conselheira, uma vez que se esgotem as inscrições, para na próxima  
885reunião trazermos aqui para o Plenário. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu tomei conhecimento,  
886do material que foi distribuído pela Secretaria Executiva, do ofício da AGAPAN. E quero destacar,  
887Presidente, que independentemente da posição da Câmara Técnica, como isso imputa, ou pode  
888resultar em imputações de responsabilidade, de cargos, etc., a órgão da Administração direta, no caso  
889à SEMA, e eventualmente também à própria FEPAM, me resguardo ao direito de, pela SEMA, fazer  
890uma manifestação, porque isso pode resultar em encargos que escapam à nossa alçada. Encareço que  
891também a FEPAM analise isso, e acho que a FAMURS da mesma forma, no que lhes interessa. É de  
892bom senso que as pessoas que apresentam propostas à Mesa considerem que àqueles segmentos que  
893tiverem interesse direto no tema seja oportunizado também o tempo suficiente para produzir a sua  
894informação, para maior clareza do Plenário. Nós recebemos isso durante a própria reunião, e como  
895não chegou antes não houve tempo de fazer análise mais detalhada. Mas temos questões profundas de  
896forma e de mérito quanto ao conteúdo do que acabamos de ler, e sobre os quais a SEMA deseja se  
897manifestar oportunamente. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, eu gostaria de tocar em um  
898assunto diferente desse e gostaria de consultá-lo, de repente o assunto já foi abordado, daí  
899desconsidere-se. É em relação a uma lei que foi aprovada na Assembléia Legislativa neste mês, que é  
900a Lei Estadual de Saneamento. Eu não sei se o Conselho não foi convidado a ser ouvido, ou, de  
901repente, nós como Conselho Estadual do Meio Ambiente acho que deveríamos, sou da opinião de que  
902o Conselho deveria emitir algum documento para a Assembléia Legislativa colocando nossa  
903discordância do fato do assunto ter sido tratado em nível de Legislativo e o Legislativo não ter  
904convidado o Conselho para dar as suas contribuições. Nós, por meio da FAMURS, tomamos  
905conhecimento do tema que estava em debate praticamente uma semana antes do assunto ir à votação.  
906Então, discordamos de uma série de coisas que acabaram sendo aprovadas e por isso, Sr. Presidente,  
907peço da possibilidade de encaminharmos algum documento em nome do Conselho à Assembléia  
908Legislativa, colocando que em outros tempos o nosso Conselho era ouvido em assuntos que  
909interferiam na área ambiental, e nesse caso, de repente até por esquecimento, a Assembléia  
910Legislativa não pediu ao Conselho uma manifestação. Até porque a maioria dos Conselheiros  
911provavelmente não tenha nem conhecimento do que foi aprovado lá. Então, era essa a minha  
912manifestação. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu achei que o Valtemir ia falar em cima da fala do  
913Conselheiro Cunha e levantou uma nova questão. Em relação a tua fala, Valtemir, sobre essa lei de  
914saneamento básico, que vai criar inclusive um novo Conselho, nós temos a dizer que não fomos  
915ouvidos, a sociedade civil não foi ouvida, talvez coubesse de fato uma moção à Assembléia  
916Legislativa de repúdio à forma como foi encaminhada essa discussão frente a sociedade. E também  
917poderíamos solicitar um parecer da Secretaria Estadual de Meio Ambiente sobre essa legislação que  
918vai entrar em vigor, a Lei de Saneamento Estadual. Em relação a fala do Conselheiro Cunha, ao ofício  
919da AGAPAN, nós havíamos nos comprometido na última reunião extraordinária deste Conselho em  
920trazer uma sugestão em cima das discussões que estavam sendo feitas sobre os processos de  
921licenciamento ambiental. Foi o que fizemos, trouxemos esse documento para ser analisado e por isso

922solicitamos cópia do mesmo para este Plenário, para que os Conselheiros possam ler, avaliar e fazer  
923um parecer em cima dessa proposta que a AGAPAN trouxe. Então, não é uma proposta fechada,  
924obviamente, é uma proposta que estamos dispostos a discutir em Plenário, conforme havíamos  
925acordado nessa última reunião do Conselho. Então, era uma questão de esclarecimento. **Sr.**  
926**Presidente:** Conselheira Edi, estará sendo encaminhada para a Câmara Técnica de Assuntos  
927Jurídicos, assim como as contribuições poderão ser feitas, dirigidas para aquela Câmara Técnica, a  
928fim de que o assunto depois, então, volte a este Plenário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**  
929**Monteiro:** Com relação a essa lei, o Projeto de Lei de Saneamento, que foi aprovado, nós, dos  
930Amigos da Terra, soubemos com uma certa antecedência, só que o projeto de lei foi apresentado em  
931regime de urgência pelo Executivo. Por isso a Assembléia talvez não tenha tido sequer tempo de  
932poder passar isso para o Conselho, ou para qualquer outra instituição para poder-se manifestar. Na  
933reunião passada não tive condições de ficar até o fim, até saí, mas eu acreditava, tinha certeza que  
934alguém ia colocar esse assunto em pauta, nos Assuntos Gerais, e para a minha surpresa ninguém  
935colocou o assunto em pauta. Quer dizer, fica aqui um alerta que esses assuntos têm que ser pautados  
936sempre que possível nos Assuntos Gerais do CONSEMA, que pode ser que a gente tenha  
937possibilidade de reverter esse tipo de ação. Eu acho que até mais do que fazer uma moção para a  
938Assembléia Legislativa, seria talvez o caso, penso eu, de solicitar que o Governo do Estado não  
939sancione essa lei, porque o pedido de urgência partiu dele. Até onde eu sei a Assembléia Legislativa  
940pediu que ele retirasse o regime de urgência, ele não retirou, foi à votação e foi aprovada. Então, se  
941nós pudéssemos, como Conselho, pedir que esse projeto de lei não seja sancionado para que a  
942sociedade como um todo possa discutir realmente a política estadual de saneamento, seria muito bom,  
943seria um grande avanço, porque o que aconteceu foi mais um atropelo, que não é o primeiro, espero  
944que seja o último. **Sr. Presidente:** Nós poderíamos fazer esse contato com o executivo sem problema,  
945considerando que isso também requer, então, do Conselho a agilidade necessária para as  
946contribuições. Então, como Presidente do Conselho farei uma comunicação à Secretaria de Obras  
947Públicas de Saneamento, que está encarregado da elaboração da regulamentação da lei, nós faremos  
948esse contato. Srs. Conselheiros, para os primeiros meses de 2004 nós teremos neste Conselho assuntos  
949muito importantes a serem debatidos em Plenário, considerando que as Câmaras Técnicas estão em  
950fase de conclusão das suas análises. Um deles é, está na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, os  
951padrões de lançamentos de afluentes e virá a substituir a Portaria 05/89, em relação ao lançamento de  
952afluentes, essa está praticamente pronta. Assim como está em franco desenvolvimento para os  
953primeiros meses do próximo ano, também deverá vir para este Plenário para ser debatida a resolução  
954que revê procedimentos para a agilização e simplificação do licenciamento das atividades do setor  
955primário: avicultura, suinocultura, piscicultura e outras que se enquadrem em uma tipologia que possa  
956ser tratada de uma mesma maneira. Esse assunto já está sendo discutido na Câmara Técnica de  
957assuntos Agropecuários, assim como os contatos e as discussões que vêm sendo mantidas com as  
958Entidades afins, assim como ASCAR, SIPS, Associação de Criadores de Suínos, FETAG. A  
959coordenação inclusive é de representante da Secretaria da Agricultura dessa Câmara Técnica.  
960Também deverá vir a essa Câmara Técnica assunto referente à revisão da Resolução n.º 05 e a sua  
961adequação às alterações que vêm acontecendo, até para a compatibilização com o que está  
962acontecendo em nível nacional. Assim Conselheiro o uma adequação no que diz respeito a porte e  
963potencial, considerando-se a modificação de tecnologias, que nós precisamos considerar, a quiçá de  
964ilustração. Criação de suíno com cama é uma situação e a forma atual que está sendo utilizada. Então,  
965nós vamos debater e discutir toda essa questão, obviamente, do seu viés de competência deste  
966Conselho, assim como gostaria de comunicar que o disciplinamento para o pedido de vista, que foi um  
967pedido deste Conselho para uma definição, considerando que o nosso Regimento é omissivo, já está  
968encaminhada para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e na próxima reunião já estará aqui  
969conosco. Os senhores receberam na reunião de hoje cópia do material de hoje. As sugestões são  
970importantes, então, os senhores podem mandar as sugestões para a Secretaria Executiva que fará o  
971encaminhamento à respectiva Câmara Técnica. Bem como, com relação ao processo de  
972municipalização, o nosso Assessor Jurídico Paulo Régis está fazendo um estudo junto com a Câmara

973Técnica de Assuntos Jurídicos e também será ponto de pauta no decorrer de 2004, aqui neste nosso  
974Conselho. Então, meus caros mestres, se até abril, maio, dermo-nos conta disso, os senhores  
975observarão que são três, ou quatro itens que mexem com estruturas, e, portanto, fundamentais. E eu  
976não poderia, obviamente, deixar de agradecer a contribuição dos senhores no decorrer de todo este  
977ano, agradecer a dedicação, o empenho e a forma com que os Conselheiros e representantes, portanto,  
978do órgão máximo do estado têm buscado representar a sociedade gaúcha no cumprimento do papel  
979que a lei nos reserva. Então, além de desejar a todos vocês boas festas, quero ratificar esse  
980agradecimento e esperar que em 2004 a gente continue com nesse ritmo. Muito obrigado e declaramos  
981encerrada a 59ª Reunião Ordinária. (Encerra-se a reunião às 16h49min)